

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

CAROLINE PERALTA KAZANJI

**A luta da FOIRN e da Rede Wayuri pelas múltiplas pronúncias do
existir: A Educomunicação na construção de outros futuros possíveis**

São Paulo
2024

CAROLINE PERALTA KAZANJI

A luta da FOIRN e da Rede Wayuri pelas múltiplas pronúncias do existir: A Educomunicação na construção de outros futuros possíveis

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Licenciada em Educomunicação.

Área de Concentração: Educomunicação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thaís Brianezi

São Paulo
2024

Nome: Caroline Peralta Kazanji

Título: A luta da FOIRN e da Rede Wayuri pelas múltiplas pronúncias do existir:

A Educomunicação na construção de outros futuros possíveis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Licenciada em

Educomunicação. Aprovado em: ___/___/___

Banca Examinadora

Orientador: Prof^a. Dr^a. Thaís Brianezi

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Assinatura: _____

Profa. _____

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof.

Instituição: Universidade de São Paulo – Escola de Comunicações e Artes

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Danielle Peralta Kazanji, por ter sido minha inspiração e a melhor terapeuta ocupacional que eu conheço. Sem sua influência, nunca teria considerado estudar em uma universidade com a excelência acadêmica da USP e jamais teria tido contato com suas experiências como Terapeuta Ocupacional que despertaram minhas primeiras inquietações sobre corpos dissidentes e suas relações com o território. Nesse contexto, também gostaria de agradecer a vivência universitária da Escola de Comunicações e Artes (Prainha), em especial a todos os funcionários dos quais tive a oportunidade de conhecer, criar e aprender em cada encontro. Lembrarei com nostalgia do Seu Fernando da xerox, Dona Mônica da lanchonete, o Carlos e o Agostinho, seguranças aposentados que conheceram o antigo Sintusp e a luta pelos direitos trabalhistas, os bibliotecários, os rapazes da manutenção, funcionários da limpeza, o Dário do administrativo que me acolheu desde do primeiro dia, o João do laboratório de educom, enfim todos os funcionários que me presentearam com suas histórias de USP.

Também agradeço a entidade CaNiL, que me possibilitou vivenciar o Movimento Fluxus (dos anos 60), no qual a arte é uma forma de viver e de morrer. Nesse coletivo consegui construir espaços colaborativos que valorizassem as diferentes linguagens dentro da universidade, como PIXO, graffiti, performance, rima, dança, mixagem, cenografia, entre outros. Em particular, gostaria de agradecer ao Marcelo (Mediaecology) e ao Paulinho Fluxus que me introduziram nesse movimento, ao Kalef Castro e João Quattrucci, que vivenciaram essa experiência comigo, e por último, ao Thiago Prado, Helen Mendes, Guilherme Mol, Fernando Coelho e Marina Fernandes, por seguirem impulsionando a cultura em espaços públicos

E por fim, para eu chegar até essa pesquisa em questão, agradeço à Prof^a. Dr^a. Thaís Brianezi, que me orientou, motivou, ajudou e contribuiu imensamente com a minha práxis enquanto educadora.

RESUMO

Este estudo explora a prática educomunicativa na preservação das expressões culturais das populações indígenas amazônicas, com atenção na atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Rede Wayuri. Busca-se compreender como a Educomunicação pode fortalecer a identidade cultural, promover o diálogo intercultural e fomentar a autonomia dessas comunidades. Inclui debates socioculturais no Brasil, especialmente após a Constituição de 1988, envolvendo preservação ambiental, diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão e combate à discriminação. Esses debates requerem interação entre setores público, privado e o terceiro setor, adaptando-se às novas mídias. Em vista disso, a Educomunicação, discutida nos Encontros Brasileiros de Educomunicação, que acontecem a cada dois anos, destaca a necessidade de integrar essas reflexões nos âmbitos acadêmico e prático. Assim, este estudo também aborda a percepção do território na Licenciatura em Educomunicação, valorizando a relação humana com o espaço como um conceito fundamental. A metodologia inclui revisão bibliográfica, estudo de caso da Rede Wayuri e métodos empíricos, como observação participante. A análise de documentos e materiais da Rede Wayuri busca identificar padrões e tendências na disposição das estratégias de Educomunicação. Conclui-se que a Educomunicação, vista como um nexo entre educação e comunicação, é importante para a construção da cidadania e promoção da justiça climática e que os indígenas da região do Alto Rio Negro, no Amazonas, tem se apropriado de maneira crítica e criativa das tecnologias digitais de informação e comunicação, de maneira combinada com as tecnologias ancestrais analógicas, fortalecendo seu movimento de (r)existência, inclusive linguístico.

Palavras-Chave: Educomunicação. Identidade Cultural. Território. Rede Wayuri.
Justiça Climática.

RESUMEN

Este estudio explora la práctica educomunicativa en la preservación de las expresiones culturales de las poblaciones indígenas amazónicas, con atención en la actuación de la Federación de Organizaciones Indígenas del Río Negro (FOIRN) y de la Red Wayuri. Se busca comprender cómo la Educomunicación puede fortalecer la identidad cultural, promover el diálogo intercultural y fomentar la autonomía de estas comunidades. Incluye debates socioculturales en Brasil, especialmente tras la Constitución de 1988, involucrando la preservación ambiental, la diversidad cultural, la igualdad de género, la inclusión y la lucha contra la discriminación. Estos debates requieren interacción entre los sectores público, privado y el tercer sector, adaptándose a los nuevos medios. En vista de esto, la Educomunicación, discutida en el VI Encuentro Brasileño de Educomunicación, destaca la necesidad de integrar estas reflexiones en los ámbitos académico y práctico. Así, este estudio también aborda la percepción del territorio en la Licenciatura en Educomunicación, valorizando la relación humana con el espacio como un concepto fundamental. La metodología incluye revisión bibliográfica, estudio de caso de la Red Wayuri y métodos empíricos como la observación participante. El análisis de documentos y materiales de la Red Wayuri busca identificar patrones y tendencias en la disposición de las estrategias de Educomunicación. Se concluye que la Educomunicación, vista como un nexo entre la educación y la comunicación, es importante para la construcción de ciudadanía y la promoción de la justicia climática y que los pueblos indígenas de la región del Alto Río Negro, en Amazonas, se han apropiado de manera crítica y creativa de las tecnologías digitales de la información y la comunicación, de manera combinada con las tecnologías analógicas ancestrales, fortaleciendo su movimiento de (r)existencia, incluyendo el lingüístico.

Palabras clave: Educomunicación. Identidad cultural. Territorio. Red Wayuri. Justicia climática.

SUMÁRIO

Introdução	8
Metodologia de pesquisa	12
1. Educomunicação e bem viver	15
2. Rede Wayuri	24
2.1. Contexto e disputa de narrativas das Comunidades Indígenas do Rio Negro	24
2.2. História de resistência dos povos indígenas do Rio Negro	28
3. A relação da Rede Wayuri com a FOIRN: governança indígena	34
4. Educomunicação fortalecendo (r)existências	40
4.1. O papel da educomunicação na abordagem da Rede Wayuri	40
4.2. A interação da Rede Wayuri, Viração Educomunicação e Imprensa Kunumingue	43
4.3. Os desafios e potências educucomunicativas em comum presentes na Rede Wayuri, Viração Educomunicação e Imprensa Kunumingue	45
4.4. A importância da oralidade para as experiências educucomunicativas indígenas e das periferias	46
4.5. O questionamento das centralidades - educomunicação ajudando a pautar vozes historicamente silenciadas	48
Considerações Finais	50
Referências Bibliográficas	54

INTRODUÇÃO

Ao longo da minha trajetória pessoal e acadêmica na Licenciatura em Educomunicação, me deparei com indagações relacionadas à comunicação, à cultura e à identidade. Perguntas como “Qual a herança e a ancestralidade que nos move?” e “Qual narrativa nos adoece?” tornaram-se centrais em minha pesquisa. No meu caminho diário pela CPTM, pensava frequentemente sobre um cais no Rio Jurubatuba, sonhando com um barco saindo da minha casa em Interlagos, atravessando o Rio Pinheiros e desembarcando na Ponte Cidade Universitária.

Vivendo quase todos em sua diminuta área insular, boa parte das pessoas desconhecem a área continental do município, ou até mesmo alguns locais vizinhos que compõem a chamada Grande São Paulo só acessíveis pelo mar e que mal aparecem nas cartas e plantas oficiais. É o caso da planície banhada pelo rio Jurubatuba. Essa reflexão sobre nossa relação com o território que nos rodeia foi o que impulsionou o aprofundamento deste estudo, destacando-se principalmente a falta de vínculo da comunidade uspiana com seu próprio território.

Logo, essa pesquisa tem como objetivo principal investigar e compreender a prática educacional na preservação das expressões culturais das populações indígenas amazônicas. O enfoque recai na atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Rede Wayuri. A pesquisa pretende investigar como a educomunicação pode ser posta como uma ferramenta para fortalecer a identidade cultural, promover o diálogo intercultural e fomentar a autonomia dessas comunidades.

A minha experiência pessoal encontra paralelo nas discussões socioculturais que ganharam força no Brasil, especialmente na Constituição Federal de 1988. Temas como a preservação ambiental, diversidade cultural, igualdade de gênero, inclusão de pessoas com deficiência, o combate à LGBTFobia e ao racismo têm transformado o panorama brasileiro. Esses debates exigem uma interação entre os setores público, privado e o terceiro setor, com a sociedade diversificada e adaptada às novas mídias.

Nesse contexto, está o tema da educomunicação que foi ressaltado no VI Encontro Brasileiro de Educomunicação e III Educom Sul em 2015 e que já naquela época apontava a necessidade de integrar essas reflexões nos âmbitos acadêmico e

prático. O evento reuniu diversos profissionais e pesquisadores para discutir como a educomunicação pode ser uma ferramenta para abordar a diversidade, os saberes e práticas que figuram também na produção audiovisual. Considero a importância das contribuições de Maria Célia Giudicissi Rehder sobre os direitos humanos; de Naine Terena de Jesus sobre identidades indígenas; e Vânia Araújo Correia sobre a educomunicação como prática social, assim como Sátira Pereira Machado e outros sobre questões de gênero, raça e etnia.

Assim, observa-se que a minha trajetória pessoal se entrelaça com esses eventos ao aprofundar a compreensão de questões de identidade e comunicação. As angústias pessoais e as reflexões durante os trajetos diários conectam-se diretamente aos debates acadêmicos e às práticas discutidas nos encontros de educomunicação, mostrando uma busca contínua por respostas e entendimentos que permeiam tanto a esfera individual quanto a coletiva. Desse modo, a experiência pessoal enriquece a prática acadêmica e vice-versa, formando um ciclo de aprendizado e aplicação prática que fortalece a compreensão das dinâmicas socioculturais contemporâneas.

Desta forma, este estudo tem como objetivo secundário destacar a importância da educomunicação como um canal para a promoção da conscientização, participação cidadã e empoderamento das comunidades indígenas na região do Rio Negro. Além disso, visa-se investigar o impacto das ações da FOIRN e da Rede Wayuri na garantia dos direitos culturais e territoriais das comunidades indígenas. Também se buscará contribuir com o debate sobre perspectivas futuras para a governança indígena e a promoção do conceito de bem viver.

Considera-se que a relação com o território que nos rodeia se coloca como um conceito fundamental no corpus teórico das diversas correntes do pensamento. Ocorre que o pensamento crítico tem se caracterizado pela diversidade nas formas de pensar e interpretar, particularmente na era moderna, na qual a transitoriedade dos eventos se mostra mais volátil. Observa-se que existe uma diversidade de saberes e entendimentos sobre território. No âmbito desta pesquisa, o conceito de território não é exclusivo de uma corrente de pensamento ou conhecimento, mas compartilhado entre várias vertentes. O território, como um conceito, facilita a interpretação e compreensão das

relações sociais vinculadas à dimensão espacial; engloba as práticas sociais e os significados simbólicos que os seres humanos desenvolvem em sua relação com a natureza. Algumas dessas práticas são efêmeras, enquanto outras permanecem arraigadas no tempo e no espaço de uma sociedade.

O território permanece em constante transformação por variadas causas, como avanços na economia, na cultura, na política ou no desenvolvimento do conhecimento e o surgimento de novos paradigmas de interpretação. Esses processos influenciam a significação dos conteúdos conceituais que são construídos socialmente; caso contrário, os conceitos perdem vigência, tornando-se esquemas rígidos que conduzem ao estudo unilateral ou superficial dos eventos. O território, enquanto conceito, descreve elementos presentes na realidade, facilitando a geração de novo conhecimento. Pode ser parte de uma teoria ou presente em várias; no entanto, essas teorias, ao serem incomensuráveis entre si, influenciam o significado do conceito.

Historicamente, na era moderna, o território estava influenciado pela cartografia, constituindo-se no suporte fisiográfico dos estados nacionais e descrevendo limites e fronteiras. Por meio desse conceito, era possível estabelecer o recenseamento de montanhas, rios, mares, florestas, desertos, minerais e a fauna, ou seja, a configuração natural dos estados nacionais. Esse conceito permaneceu sem grandes mudanças epistemológicas e foi por meio dele que se descreveram as características que guarda a superfície terrestre sobre a qual repousa a ação dos seres humanos. Com o passar dos anos, especialmente no final do século XIX, o território revelou-se um conceito insuficiente para adentrar no conhecimento dos estados nacionais e das colônias sob domínio dos países centrais. O comércio e a indústria demandavam um conhecimento mais específico no contexto de um capitalismo que se expandia globalmente. A região, como referente empírico que remonta à época do Império Romano, adquiriu um novo sentido paradigmático, que se interessava pela relação dos seres humanos com seu entorno natural, reconhecendo que cada região representa uma possibilidade distinta de pensamento e cultura.

Partindo dessas questões, esta pesquisa tem como propósito compreender como a educomunicação contribui na construção de territorialidades e na amplificação de

vozes e demandas contra-hegemônicas, a partir do estudo de caso da Rede Wayuri, a rede de comunicadoras e comunicadores indígenas do Rio Negro, no Amazonas.

Esta monografia mobiliza, portanto, um dos conceitos chave da educomunicação: o de ecossistema comunicativo. Mais do que o mero uso das tecnologias da informação e da comunicação pelos(as) comunicadores(as) indígenas, o que nos interessa são as relações que estabelecem entre si e essas ferramentas, os usos sociais. No contexto intergeracional, abordagens multifuncionais são apresentadas, colocando a educomunicação a serviço tanto da educação formal quanto da não formal, além de abranger expressões artísticas e culturais. Valoriza-se, desse modo, o trabalho de reconstrução das relações humanas nos ecossistemas comunicativos que permeiam o mundo da educação e as práticas organizativas comunitárias.

Temas como cidadania, protagonismo, empreendedorismo e políticas públicas, além de competências midiáticas e formação educacional, posicionam-se lado a lado os pensadores das duas perspectivas culturais mais expressivas sobre a relação entre o mundo da educação e o da comunicação: a Mídia-Educação, inspirada na tradição europeia, e a Educomunicação, oriunda da tradição latino-americana, evidenciando caminhos de colaboração mútua, embora com ênfases diferentes. E o foco da educomunicação é, justamente, as práticas populares e não mercantilistas na interface entre comunicação e educação, que não se restringem à educação formal e permeiam diversos movimentos sociais na América Latina, inclusive o indígena.

Fundamental dizer que o curso de educomunicação no Brasil se destaca por marcos institucionais que demonstram a expansão e a importância crescente deste campo. No âmbito da Universidade de São Paulo (USP), o campus de São Paulo oferece um curso pioneiro em educomunicação, posicionando-se como um importante centro de formação nesta área especializada, no âmbito do qual esta monografia está sendo defendida. Instituída em 2011, a Licenciatura em Educomunicação objetiva formar profissionais orientados(as) para a gestão de processos comunicacionais em ambientes educativos. Este curso é fundamentado em um aprofundamento teórico, prático e interdisciplinar nas áreas de Educação e Comunicação Social, equipando os(as) estudantes com as competências necessárias para atuar nesse campo dinâmico.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo adota uma **abordagem qualitativa, que inclui revisão bibliográfica, análise documental e observações participantes**. O estudo de caso da Rede Wayuri foi conduzido por meio da observação participante de uma oficina e um evento público ocorrido em 20 de outubro de 2023, no qual a Rede Wayuri se fez presente em São Paulo e interagiu com coletivos de educomunicação urbanos, permitiu uma imersão mais profunda em relatos sobre as comunidades nas quais a Rede Wayuri se insere.

A revisão bibliográfica se fundamentou principalmente nos(as) seguintes autores(as), para aprofundar o debate sobre os seguintes temas:

- Educomunicação e Diversidade: múltiplas abordagens - Machado, Sátira Pereira, Ismar de Oliveira Soares e Rosane Rosa, ajudando a embasar teoricamente a pesquisa e a compreender a Educomunicação como um recurso valioso na busca por futuros mais inclusivos e diversificados para essas comunidades;
- Educomunicação, língua-cultura guarani, sustentabilidade Teko Porã: myasãimbo'e, avañe'ẽ ayvu-arandu, ñeñangareko e bem viver - De Villalva Filho e Mario Ramão. Para evidenciar como a Educomunicação é utilizada para preservar, revitalizar e fortalecer a língua e a cultura guarani, desempenhando um papel central na promoção do "Teko Porã" (bem viver);
- "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak. Nesse livro elucidador, Krenak faz uma crítica ao deslocamento das pessoas de seus territórios de origem e à desconexão com a terra, que afeta profundamente a identidade e a saúde cultural. Ele destaca a necessidade de reconectar o corpo e o território, valorizando a relação entre os indivíduos e suas raízes territoriais, um conceito essencial para as comunidades indígenas e suas lutas pela preservação cultural;
- "Educomunicação, bem-viver e justiça climática: sinergias potencializadoras de outros mundos possíveis (e necessários)", da Thais Brianezi e Claudemir Vianna, ressaltando a sinergia entre a educomunicação, o "bem-viver" e a justiça

climática. Os autores apontam para a possibilidade de construir "outros mundos possíveis" e destacam a relação indissociável do direito à comunicação nesse processo de construção de futuros alternativos e mais sustentáveis.

Desse modo, este estudo adota uma abordagem qualitativa para explorar a interação entre a educomunicação e a construção de territorialidades, com foco na Rede Wayuri, uma rede de comunicadores indígenas do Alto Rio Negro. A metodologia inclui uma revisão bibliográfica, análise documental e observação participante em eventos públicos e oficinas relacionadas à Rede Wayuri.

A fundamentação teórica é baseada em textos chave como "Educomunicação e Diversidade: múltiplas abordagens", que oferece uma visão abrangente sobre como a educomunicação pode ser um recurso para futuros mais inclusivos e diversificados. Além disso, conforme explicitado acima, utilizamos obras como "Ideias para adiar o fim do mundo", de Ailton Krenak, que discute a importância da conexão com o território para a identidade cultural, e "Educomunicação, bem-viver e justiça climática", destacando a relação entre educomunicação e sustentabilidade.

Na pesquisa de Moraes e Girardi (2016) aponta-se que a mudança climática deve ser analisada considerando as suas causas e consequências. De modo que as causas apontam como a sociedade impacta a atmosfera em diversas atividades humanas, enquanto as consequências afetam todas as regiões e futuras gerações. O desmatamento é um fator importante na alteração climática. Considera-se, por exemplo, como parte da chuva em São Paulo se origina na Amazônia, onde a floresta produz 20 bilhões de toneladas de água em forma de vapor diariamente. Menos árvores na Amazônia resultam em menos chuva no Sudeste do Brasil.

Assim, para transformar a conscientização em ação prática, é necessário apontar as causas, problemas e soluções. Preparar-se para eventos climáticos extremos, como chuvas intensas ou secas severas, envolve mudar hábitos de consumo para reduzir o aquecimento global; e também discutir a reorganização do uso do solo nas cidades para enfrentar inundações e explorar maneiras de combater a desertificação e a escassez de água -, problemas que afetam a agricultura.

Nesse panorama, a conexão entre Jornalismo Ambiental e Educomunicação destaca a importância de transmitir informações precisas e interligar diversos conhecimentos. É necessária uma leitura crítica dos conteúdos midiáticos e uma

abordagem detalhada dos temas apresentados pelo jornalismo, como pontuam Moraes e Girardi (2016).

Seguindo essas premissas, o estudo de caso envolve a pesquisa com membros da Rede Wayuri e líderes comunitários que permitirão entender como a Rede contribui para a preservação da cultura e língua indígenas, além de fortalecer as territorialidades dentro de suas comunidades. As observações participantes foram realizadas durante oficinas e um evento público específico no dia 20 de outubro, proporcionando uma imersão nas atividades e interações da Rede.

A análise de conteúdo centra-se em identificar padrões e tendências nas estratégias de educomunicação adotadas pela Rede, considerando a sua contribuição na expansão de vozes contra-hegemônicas e na construção de resistências culturais. Além disso, o estudo aborda a interação da Rede Wayuri com experiências educacionais em ambientes urbanos, como São Paulo, permitindo uma troca de saberes e estratégias que com atenção ao impacto promovem os ecossistemas comunicativos.

Capítulo 1. Educomunicação e bem viver

A educomunicação é uma estratégia importante para a preservação cultural e a promoção do bem viver. Através da prática educacional, a FOIRN e a Rede Wayuri demonstram como a comunicação pode ser um poderoso instrumento para a construção de outros futuros possíveis, onde a diversidade cultural é celebrada e os direitos das comunidades indígenas são garantidos.

Coloca-se o exposto por Brianezi e Sorrentino (2023) de que o termo "bem viver" vem da Amazônia andina e está associado aos idiomas kichwa no Equador (sumak kawsay) e aimará na Bolívia (suma qamaña). Em português, a melhor tradução é "vida em plenitude", que se articula em treze princípios: saber comer, saber beber, saber dançar, saber dormir, saber trabalhar, saber meditar, saber pensar, saber amar e ser amado, saber escutar, saber falar, saber sonhar, saber caminhar, e saber dar e receber.

Quando associamos esses conceitos à epistemologia de educomunicação, conceituada pelo professor Ismar de Oliveira Soares (2011), inspirado nas ideias de Paulo Freire e Mario Kaplún, verificamos que a epistemologia interdisciplinar, que transcende a integração entre educação e comunicação. Ela se configura como um processo dinâmico e participativo, no qual a interação entre educadores, estudantes e comunidade é fundamental para promover a cidadania ativa e o aprendizado colaborativo. Tem-se assim o escopo dos "ecossistemas comunicativos", que são redes de relações e acessos tecnológicos que facilitam a criação e o intercâmbio de conhecimentos. Esses ecossistemas são capazes de enfraquecer a imagem tradicional de autoridade do professor, já que os estudantes podem ter acesso a uma diversidade de conhecimentos que, às vezes, supera os do próprio docente, como determina Staudt e Mazzarino (2016).

A educomunicação socioambiental faz parte do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) no Brasil. Este enfoque busca utilizar meios interativos e democráticos para educar sobre a sustentabilidade e fomentar a participação comunitária. Assim, tem-se os Princípios da Educomunicação Socioambiental:

- Diálogo Permanente: promove uma comunicação constante e bidirecional;

- Interatividade: fomenta a criação de conteúdos de maneira participativa;
- Transversalidade: integra diferentes áreas de conhecimento e experiências;
- Valorização do Conhecimento Tradicional: protege e valoriza os saberes locais e populares;
- Democratização da Comunicação: assegura o acesso à informação para todos, sem discriminação;
- Respeito à Diversidade: fomenta a inclusão e o respeito às diferenças individuais e culturais.

Na pesquisa de Staudt e Mazzarino (2016) foram escolhidas duas escolas secundárias dentro do Programa Ensino Médio Inovador, focadas em comunicação e mídias digitais. As escolas participantes foram o Colégio Estadual Presidente Castelo Branco e a Escola Estadual de Ensino Médio Santo Antônio - CIEP. Dado o alto custo dos equipamentos profissionais, optou-se por utilizar equipamentos de vídeo amadores para as atividades de gravação. Permitiu-se liberdade na escolha do formato dos vídeos, incentivando a criatividade e adaptação às necessidades e recursos disponíveis.

Nesse contexto, professores e estudantes aprenderam a utilizar ferramentas videográficas para projetos educacionais. A pesquisa combinou o aprendizado teórico com a prática da produção de vídeos, permitindo aos participantes aplicar o que aprenderam de maneira palpável. Assim, as atividades educacionais com vídeo contribuíram para a transformação social e a modificação da realidade do entorno escolar.

Esse caso exemplifica como a educação representa uma ferramenta para integrar a educação e a comunicação, facilitando o aprendizado colaborativo e o desenvolvimento de habilidades críticas em estudantes e professores. Ao promover ecossistemas comunicativos e utilizar meios audiovisuais, este enfoque fomenta uma cidadania ativa e comprometida com a sustentabilidade e a mudança social.

Isso fortalece a premissa que a educação e o bem viver estão interligados ao utilizarem o Jornalismo Ambiental como um espaço educativo que promove o conhecimento sobre temas ambientais de maneira a alcançar a pluralidade. Por sua vez, a pluralidade envolve apresentar diversas vozes, conceitos e perspectivas, criando um diálogo sobre a compreensão coletiva do mundo, reconhecendo nisso a natureza como sujeito e não mero objeto de posse. O Jornalismo Ambiental deve ajudar a analisar as implicações políticas, sociais, econômicas, éticas e culturais desses temas, contribuindo

para a capacidade das pessoas de participar e decidir sobre sua forma de vida na Terra, exercendo a sua cidadania planetária. Busca-se um espaço de mobilização para o debate e construindo informações qualificadas que supere a fragmentação, integrando a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais, como coloca Moraes e Girardi (2016).

Para cumprir essa tarefa cidadã, o Jornalismo Ambiental centra no aprofundamento, análise e apuração da informação jornalística, comprometendo-se com uma visão cidadã. Ao adotar a visão sistêmica, ele beneficia a informação e a cidadania, promovendo um entendimento de como a educomunicação e o bem viver se fortalecem mutuamente, criando uma consciência crítica e ativa em relação às questões ambientais e sociais.

O "bem viver" (*bien vivir*) é entendido de diversas formas, frequentemente associado a momentos ou estados de bem-estar. Historicamente, este foi um privilégio de poucos e uma aspiração inacessível para a maioria, representando o objetivo último no ideal de cuidado com a saúde física e mental. Antigamente, a concepção do bem viver era construída por cada indivíduo baseada no dever ser, incorporando componentes da tradição: o possuir e usar, com moderação, os bens necessários e suficientes para uma vida diária satisfatória e o cuidado e preservação da vida -, agindo com honestidade, moderação e sensatez. Com o tempo, essa sabedoria foi substituída por ideias onde a posse e o consumo definem a identidade e o status social, explica Velázquez (2016).

Considera-se evidenciado por Brianezi e Sorrentino (2023) acerca da consolidação de uma cultura – resultante dos movimentos socioambientalistas - que enfatiza a terra, os corpos e os territórios, em diálogo com aqueles que vivem na floresta. Trata-se de uma proposta que tem o potencial de questionar as necessidades materiais e simbólicas que sustentam o modo de vida atual. Um exemplo dessas culturas são os "povos da floresta", como os Mura de Autazes, que ensinam que a existência e a resistência são inseparáveis, mostrando como sobreviver aos fins dos mundos ou adiá-los contando histórias diversas – comportamento que desafia as representações e centralidades da sociedade de consumo.

O conceito de "sumak kawsay", originário do povo Kichwa equatoriano, e seu análogo Aymara, "suma qamaña", se colocam no discurso político latino-americano no

início do século XXI. O descrédito dos Estados-nação devido à perda de capacidade de regular as economias e satisfazer as demandas sociais; o descrédito do conceito de desenvolvimento como manifestação da crise da modernidade; a importância dos movimentos sociais como atores políticos de resistência frente ao neoliberalismo e ao colonialismo global; e a coincidência temporal dos processos constituintes facilitaram a institucionalização de tais conceitos indigenistas (SOLIS et al, 2019).

Abaixo apresento alguns termos que são exemplos de como diferentes culturas indígenas entendem e descrevem ideais de vida e convivência.

Tabela 1 - Vida e convivência conforme termos indígenas

Termo Indígena	Significado em Português
<i>Sumak kawsay</i>	Vida em plenitude, vida boa ou harmoniosa
<i>Suma qamaña</i>	Viver bem, em harmonia com a comunidade e a natureza
<i>Ñande Reko</i>	Modo de ser Guarani, que engloba cultura, lei e norma
<i>Teko Kavi</i>	Vida boa, relacionada a virtudes humanas
<i>Ivi Maräei</i>	Terra sem mal, conceito de vida ideal
<i>Qhapaj ñan</i>	Caminho ou vida nobre
<i>Shiir Waras</i>	Conceito Achuar de "bem viver"
<i>Pénker Pujústin</i>	"Bem-estar" na visão dos Shuar

<i>Sumak Káusai</i>	Vida harmoniosa e perfeita
<i>Alli Káusai</i>	Vida boa ou vida ideal
<i>Lekil kuxlejaj</i>	Vida boa na concepção Tzeltal
<i>Slamalil kinal</i>	Paz interna e externa na comunidade
<i>Kyme mogen</i>	Conceito Mapuche de vida em comunidade e natureza
<i>Nued gudisaed</i>	Vida em harmonia com a natureza (Kuna)
<i>Ronojorl k'o uchak upatan</i>	Conceito Maya de equilíbrio e harmonia
<i>Ronojerl jastaq ki chaponkib</i>	Conceito Maya de harmonia e justiça comunitária

Fonte: elaboração da autora.

Esses conceitos projetam uma forma de vida baseada na complementaridade entre os povos e as forças da natureza. As propostas fundamentam-se na ética e moral das culturas indígenas ancestrais, promovendo a ideia de uma natureza sagrada e a necessidade de tratá-la adequadamente para garantir a subsistência das comunidades. Tais propostas incluem princípios como a paridade, a vincularidade, o terceiro incluído, o serviço comunitário e a reciprocidade (SOLIS et al, 2019).

Estes princípios - juntamente com a ética e moral ancestral - formam a base da identidade étnica e das propostas paradigmáticas indígenas, sendo reinterpretações baseadas em experiências comunitárias e na contribuição de intelectuais Kichwa e Aymara. A partir de 2008, essas noções se expandiram através de diferentes correntes de pensamento latino-americano e europeu. O "sumak kawsay" dos Kichwa do Equador começou a ser sistematizado em documentos e propostas pedagógicas que incorporam a

cosmovisão indígena, com desenvolvimentos em contextos educacionais bilíngues interculturais. Além disso, o conceito foi fundamental na "Proposta da CONAIE frente à Assembleia Constituinte" do Equador em 2007, que defendia a refundação de um Estado plurinacional que promovesse a soberania popular na economia e rejeitasse o modelo neoliberal, utilizando o "sumak kawsay" como um de seus fundamentos (SOLIS et al, 2019).

Estermann (2012) explica que a sabedoria dos povos indígenas dos Andes, presente em sua cosmovisão ou pachasofia, apresenta uma abordagem filosófica e civilizatória que contrasta com muitos dos princípios da modernidade ocidental. Esta cosmovisão desafia a noção, frequentemente assumida como uma tautologia, de que a "modernidade" e o "desenvolvimento" são conceitos monopolizados pelo Ocidente. Propõe-se, então, um reconhecimento da diversidade e pluralidade cultural e dos modelos de desenvolvimento.

A pachasofia andina, coloca Estermann (2012), propõe um modelo de desenvolvimento sustentável alinhado com a vida e a natureza, responsável pelas gerações futuras e pelo cosmos inteiro, resumido na metáfora de "Vivir Bien". Entre os princípios desta filosofia, destaca-se a crença de que tudo possui vida, não existindo matéria inerte. Contrariamente à visão mecanicista europeia de filósofos como Descartes, o universo ou Pacha é um organismo vivo, onde todas as partes estão em constante interação. Outro princípio é que os "recursos naturais" - como a terra, o ar, a água, os minerais, e as energias renováveis - são seres vivos que fazem parte do organismo cósmico; logo, para a pachasofia andina, privatizar esses recursos é um sacrilégio.

Além disso, explica Estermann (2012), a dignidade humana não é derivada de ser "melhor" ou "superior" a outros seres, mas de seu papel e função dentro deste cosmos, onde o ser humano não é proprietário nem produtor, mas um cuidador, cultivador e facilitador. A verdadeira produtividade é atribuída à Pachamama (Mãe Terra) e suas manifestações. O desenvolvimento não deve focar apenas no bem-estar humano ou na melhoria das condições de vida humanas, nem ser guiado por crescimento econômico baseado em bens e produtos. Deve, ao invés, buscar o equilíbrio cósmico que se manifesta também como equilíbrio ecológico e social. O objetivo final

de qualquer forma de desenvolvimento é alcançar o "Vivir Bien", um estado de existência em equilíbrio com todos os elementos da Pacha, seguindo princípios de relacionalidade complementariedade, correspondência, reciprocidade e ciclicidade.

No contexto boliviano, o "suma qamaña" foi articulado desde a década de 1970 por teólogos da libertação e mais tarde por pesquisadores indígenas e organizações de cooperação internacional. Este conceito foi formalizado no escopo das políticas públicas e influenciou a elaboração da nova constituição política da Bolívia, que incorporou o "vivir bien" como princípio, promovendo uma descolonização das nações e povos originários com autonomia territorial (SOLIS et al, 2019).

A Teologia da Libertação surgiu na América Latina nos finais da década de 1960, marcando uma mudança na abordagem da Igreja Católica em relação aos pobres e excluídos. Esta nova corrente teológica foi uma das primeiras desenvolvidas na periferia da estrutura eclesial, comprometida com a justiça social. A sua formação foi influenciada por eventos como o Concílio Vaticano II e a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín (ambos foram fundamentais na modernização da Igreja, promovendo uma maior abertura para as questões sociais e estabelecendo uma "opção preferencial pelos pobres"), aponta Camurca (2013).

Camurca (2013) explica que diferentemente da teologia tradicional, que via os pobres como beneficiários passivos da caridade, a Teologia da Libertação os redefiniu como protagonistas de sua própria libertação. Este reposicionamento foi inspirado pela sociologia e a ciência política, e influenciado pelo marxismo. A pobreza era entendida não como uma fatalidade ou vontade divina, mas como resultado de processos sociais e econômicos de acumulação e exploração. Nesse sentido, a salvação foi concebida como uma transformação coletiva, com a luta pela libertação humana vista como uma concretização antecipada do "Reino de Deus".

A crítica ao capitalismo, dentro da Teologia da Libertação, era vista como uma extensão da fé, onde o capitalismo era descrito como uma forma moderna de idolatria — uma adoração ao capital e ao mercado que contradizia os ensinamentos bíblicos. Essa visão era reforçada pela análise marxista do fetichismo da mercadoria, que criticava a maneira pela qual as relações sociais eram distorcidas pelas relações entre mercadorias. A Teologia da Libertação defendia que o cristianismo era inerentemente transformador e revolucionário; relacionado com a solidariedade e a compaixão pelos

oprimidos, como coloca Camurca (2013).

A filosofia andina, ou pachasofia, contrasta com a visão ocidental de desenvolvimento, propondo um modelo de vida em equilíbrio com a natureza e o cosmos. Este modelo valoriza todos os seres vivos e considera um sacrilégio a privatização dos recursos naturais. Coloca-se o Viver Bem (Suma Qamaña), conceito, incorporado na Constituição boliviana, promove o equilíbrio ecológico e social, enfatizando a relacionalidade, complementariedade, correspondência, reciprocidade e ciclicidade, e ainda a Teologia da Libertação reforça a justiça social e a "opção preferencial pelos pobres". Este movimento influenciou políticas públicas e a modernização da Igreja Católica, promovendo maior abertura às questões sociais.

A utilização de meios audiovisuais na educomunicação socioambiental é uma estratégia para democratizar a comunicação e promover a sensibilização ambiental. No entanto, sua eficácia depende de uma abordagem contínua e sustentada, bem como de um ambiente educacional equipado e capacitado. O contraste com filosofias como a pachasofia andina e a Teologia da Libertação ressalta a importância de desenvolvimento e justiça social, que valorize a sustentabilidade e a dignidade humana.

Importante mencionar o que evidenciam Brianezi e Sorrentino (2023): de que a luta indígena também inclui demandas por visibilidade mediática considerando a importância das disputas por visibilidade a partir dos próprios enquadramentos e narrativas. Em 2020, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) ofereceu o curso online "Guerreiros Digitais" a 30 estudantes indígenas para formar comunicadores em defesa dos direitos indígenas. Fundada em 1989 e presente em 9 estados da Amazônia brasileira, a Coiab ajudou a criar a Rede de Jovens Comunicadores Indígenas durante a pandemia, que atualmente conta com cerca de 60 integrantes. Essa rede participa de eventos como o Acampamento Terra Livre e organiza diálogos sobre comunicação, direitos humanos e justiça climática. Movimentos sociais e coletivos de comunicação popular na Amazônia, como Tapajós de Fato, a Rede de Notícias da Amazônia e outros, se uniram a esses diálogos fortalecendo as comunidades amazônicas como protagonistas na narrativa e na forma de fazer comunicação.

Portanto, os meios audiovisuais são instrumentos importantes na educomunicação socioambiental, pois capturam e disseminam conhecimentos de forma

visual e emocionalmente envolvente. O documentário "Pelas Águas do Rio de Leite" exemplifica essa capacidade ao registrar expedições pelos rios Negro e Uaupés, documentando lugares sagrados e narrativas de origem dos povos indígenas Tukano. Esse tipo de registro preserva a cultura e história dessas comunidades, mas também educa o público sobre a importância da preservação ambiental.

A produção do documentário contou com a colaboração de diversas instituições, como o Instituto Socioambiental (ISA), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), e o Vídeo nas Aldeias. Essa parceria multidisciplinar mostra como a união de diferentes áreas de conhecimento pode criar conteúdos audiovisuais impactantes que promovem a educação ambiental - além de documentar paisagens e histórias, esses projetos incentivam o diálogo intercultural e a conscientização sobre a sustentabilidade.

O cinema documentário, como ressaltam Marcello e Ripoll (2016), desempenha uma importante atuação na promoção da sustentabilidade e na sensibilização para questões ambientais. Os filmes documentários frequentemente exploram o mundo natural e os desastres ambientais, educando e emocionando o público. "Pelas Águas do Rio de Leite" se insere nessa categoria, usando a narrativa para destacar a relação simbiótica entre os povos indígenas e seu ambiente natural, promovendo uma "pedagogia da imagem" que inspira ações sustentáveis.

Os filmes e vídeos têm alcance e podem ser usados em contextos educativos formais e informais. "Pelas Águas do Rio de Leite" pode ser utilizado em escolas e comunidades para educar crianças e jovens sobre a importância da conservação ambiental. O uso de imagens visuais e histórias facilita a compreensão e retenção de conceitos ambientais, tornando a educação ambiental mais acessível.

Capítulo 2. Rede Wayuri

2.1 Contexto e disputa de narrativas das Comunidades Indígenas do Rio Negro

A região do alto rio Negro, no lado brasileiro, atualmente é habitada por 21 povos indígenas que falam línguas das famílias Tukano, Aruak e Maku. Faz fronteira com a Colômbia e Venezuela e, em 1998, teve cinco terras indígenas homologadas: Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Apapóris e Tea. A área inclui o município de São Gabriel da Cachoeira e partes dos municípios de Santa Isabel e Japurá, no estado do Amazonas. Apesar de quase dois séculos de contato com a população não indígena, os habitantes majoritariamente indígenas continuam se identificando como tal. A população atual desses povos é estimada em cerca de 30 mil pessoas, distribuídas por 600 comunidades/aldeias (AZEVEDO, 2005).

Enfatiza-se que, como explicam Brianezi e Sorrentino (2023) que as interpretações sobre a Amazônia não podem mais ser reduzidas a metáforas, datas canônicas, paisagens naturais e ciclos, nem a construções literárias exageradas. É preciso entender que a região é formada por sujeitos coletivos que apresentam ideias mobilizadoras e descolonizadoras, oferecendo alternativas à mercantilização da natureza e ao desenvolvimento. Esses coletivos proporcionam experiências vivenciais, como exposto pelo paradigma do "bem viver", no qual se pretende fortalecer a pluralidade e a reciprocidade.

Abaixo consta as etnias que compartilham uma área cultural comum na região do Rio Negro, na Amazônia brasileira, caracterizada por multilinguismo e diferenças culturais, mas unificadas por trocas culturais, organização social e visão de mundo compartilhadas e, nos últimos séculos, pela resistência conjunta ao colonialismo.

Tabela 2 - Etnias da região do Rio Negro, na Amazônia brasileira

Região	Família Linguística	Etnias
--------	---------------------	--------

Rio Uaupés	Aruak, Tukano	Arapaso, Bará, Barasana, Desana, Karapanã, Kubeo, Makuna, Miriti-tapuya, Pirá-tapuya, Siriano, Tariana, Tukano, Tuyuka, Kotiria, Taiwano, Tatuyo, Yuruti
Rio Içana	Aruak, Tukano	Baniwa, Coripaco
Região Maku	Maku	Dow, Hupda, Nadöb, Yuhupde, Kakwa, Nukak
Rio Xié	Aruak	Baré, Warekena

Fonte: ISA, 2024.

Impulsionada pela luta pela demarcação das terras indígenas, em 1992 a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) realizou um levantamento censitário das comunidades e populações da região. O Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (Ciarn) obteve informações populacionais de 314 comunidades e da cidade de São Gabriel da Cachoeira, contabilizando 16.897 pessoas (AZEVEDO, 2005).

As fratrias baniva reconhecem um território comum, representado por um trecho de rio onde as comunidades estão localizadas, e compartilham uma origem geográfica mítica. Por exemplo, os Hohodene associam a região da cachoeira do Uapuí, no alto rio Aiari, como seu lugar de origem. Esses trechos de rio também são compartilhados com outras fratrias relacionadas, ou seja, comunidades de 'cunhados' (AZEVEDO, 2005).

Nesse contexto, a obra "Ideias para adiar o fim do mundo", escrita por Ailton Krenak (2019), conversa com a relação entre a humanidade e a natureza, questionando conceitos contemporâneos e propondo uma crítica sobre a nossa visão de mundo. Krenak critica o "mito da sustentabilidade", afirmando que as corporações inventaram este termo para justificar a exploração da natureza. Este argumento se relaciona com a crítica à separação entre a humanidade e a Terra, já que Krenak argumenta que fomos condicionados a acreditar que a humanidade é algo separado da Terra, o que nos permite explorar e destruir o ambiente sem nos considerarmos parte dele. Este distanciamento é visto por Krenak como uma ilusão perigosa, alertando para a necessidade de um

"despertar" coletivo. Krenak enfatiza que, assim como os povos indígenas estiveram sob ameaça de extinção e transgressão por séculos, agora toda a humanidade enfrenta a possibilidade de que a Terra não suporte mais nossas demandas. Este ponto está ligado à sua crítica ao mito da sustentabilidade, pois evidencia as consequências práticas desse distanciamento entre humanidade e natureza.

A proposta de "abrir nossas mentes para alguma cooperação entre os povos" (KRENAK, 2019, p. 44) é uma resposta direta à necessidade de despertar. Krenak sugere que a cooperação não deve ter como objetivo salvar os outros, mas sim salvar a nós mesmos, reconhecendo que nosso futuro está intrinsecamente ligado ao futuro do planeta. Este argumento se conecta com a ideia de etnodesenvolvimento, que é definida como a capacidade dos povos indígenas de construir seu futuro de forma autônoma, baseada em suas vivências históricas e culturais.

A noção de etnodesenvolvimento está, por sua vez, vinculada à reflexão sobre a tradução cultural de conceitos indígenas para a cultura ocidental. Ao buscar compreender o que os guarani entendem por sustentabilidade, se propõe um diálogo intercultural e práticas de desenvolvimento sustentável. Este ponto reforça a importância de aprender com as filosofias indígenas e incorporar esses conhecimentos em nossas próprias práticas de sustentabilidade.

A discussão etimológica sobre o termo "indígena" implica a reflexão de Krenak sobre a identidade e a conexão com a terra. A ideia de que todos que nascem em um lugar, são indígenas desse lugar, desafia as concepções comuns e nos lembra da conexão que todos temos com a terra onde vivemos. Este argumento é fundamentado por antropólogos como Viveiros de Castro e Darcy Ribeiro, que afirmam que no Brasil, a maioria da população tem uma herança indígena, como explica Villalva Filho (2020).

Ocorre que na região do Alto Rio Negro, entre Brasil e Colômbia, conhecida como Noroeste Amazônico, considerou-se que surgiu a maioria das línguas MAIPURE-ARAWAK (M-A) da América do Sul. Particularmente relevante é a área dos Raudales de Jípana (ou hípana no curripaco brasileiro e wapúi na língua yeral), situada no Alto Rio Aiarí, um local extremamente sagrado para os indígenas antigos, denominado por eles como "o umbigo do mundo" devido à crença de que ali começou o Mundo para os proto-humanos e as espécies humanas, incluindo os não indígenas. Esse local foi

apropriado para o surgimento dos proto-arawak (NANEZ, 2005).

Além dos Raudales de Jípana, há outros locais sagrados nas proximidades, como rochas e corredeiras que marcam a primeira viagem mítica do Criador entre os M-A, conhecido por diversos nomes: Iñápirrikuli, Nápirùli, Kúwai, Kúwe, Kuwaiséiri, entre outros. Esses locais incluem os raudales Kúwai-Yuruparí, Ñandú e Tunuí cachoeira no rio Isana, entre outros. A influência das descrições das línguas M-A por etnógrafos e exploradores pioneiros resultou em um mal-entendido sobre o nome de muitas dessas línguas. Mais recentemente, alguns linguistas continuam repetindo os mesmos erros, mesmo com experiência em suas investigações (NANEZ, 2005).

Uma dessas línguas é o curripaco, falado ao longo das margens dos rios Isana, Cuiarí, Caiarí e Guainía, erroneamente chamado de "baniva do Isana", embora essa língua seja na verdade curripaco, enquanto o baniva, ou baniva legítimo, é uma língua próxima ao maipure, mas distinta do curripaco. A confusão começou quando o etnógrafo alemão Kurt Nimuendajú visitou o noroeste do Brasil em 1927 e publicou *"Reconhecimento dos Rios Isana, Ayarí e Vaupés"*, onde ele confundiu linhagens étnicas e descendentes com línguas, chamando de "Baniva do Isana" diferentes dialetos do curripaco. Posteriormente, serão incluídas descrições detalhadas desses dois grupos linguísticos (NANEZ, 2005).

Um caso de nomeação incorreta é o par baniva-warekena e warekena uma língua falada no rio Xié, afluente do Alto Rio Negro, que na verdade é baniva legítimo, conhecido na população de Maroa e no curso do Rio Guainía-Rio Negro, especialmente nos casarios San Miguel Viejo, Crespo, Las Isletas, La Comunidad, caño Tiriquí, Galito, Bulton, entre outros. Tem-se a confusão comum sobre povos e línguas chamados de warekena, de modo que uma lista de palavras do warekena do rio Xié junto a outras línguas do Alto Rio Negro, sendo warekena (e não ao "antigo" warekena) do Xié. É evidente que a diferença entre as duas línguas com o mesmo nome não é suficientemente destacada na literatura existente, causando mal-entendidos sobre o status do warekena. Ambos, o Baniva do Guainía (warekena falado hoje no Xié) e as línguas dos subgrupos do Isana-Vaupés, membros da ramificação dos Maipure do Norte, são muito distintos e incompreensíveis entre si (NANEZ, 2005).

2.2 História de resistência dos povos indígenas do Rio Negro

O discurso e a língua são formas fundamentais de resistência na história dos povos indígenas do Rio Negro. A língua baniva, por exemplo, está profundamente conectada à etnogênese desses povos, sendo um meio crucial de preservação e transmissão de suas tradições e conhecimentos. Conforme descrito, os baniva e outros grupos arawak acreditam que, após o Criador Iñápirrikuli realizar sua jornada sagrada desde Jípana até o Alto Rio Orinoco e suas adjacências, diferentes línguas e variantes arawak se estabeleceram em diversos rios da área. Essa dispersão linguística reflete a adaptação e resistência cultural desses povos (NANES, 2005).

Os baniva, também conhecidos como "baniva de Maroa", estabeleceram-se inicialmente em Amánali-numána, no rio Isana, abaixo dos raudais de Tunuí e Jípana. Posteriormente, eles se moveram para o Cuiarí, para o igarapé Pewá e finalmente para as cabeceiras do Caño de Aquio (Ñki) no Departamento do Guainía, Colômbia, estabelecendo ali sua nova morada. Cada movimento geográfico foi acompanhado pela manutenção e adaptação de suas práticas linguísticas e culturais, demonstrando como a língua serve de resistência contra a assimilação forçada e a perda cultural. O termo 'Baniwa' deriva do Tupi-Guarani para 'manjoco amargo' e é aplicado a duas línguas: baniva de Isana (também conhecida como curripako) e baniva do Guainía, que são diferentes entre si. Embora essa afirmação possa parecer redundante, ela destaca a diversidade linguística e a complexidade das identidades indígenas na região. O reconhecimento dessas diferenças linguísticas é um ato de resistência contra a simplificação e homogeneização cultural imposta por forças externas (NANES, 2005).

Os curripaco e yeral (Ñengatú ou Tupi-Arawak) de Cararapoço referem-se aos Baniva do Guainía venezuelano como Wadzúpinai, que significa 'buitre' em dois dialetos curripaco do Alto Aiari: Hohódeni ('ave silvestre') e Maurieni ('abelha silvestre'). Essa terminologia específica demonstra como a língua é utilizada para manter distinções culturais e sociais, resistindo à perda de identidade. A história dos Baré, conhecida na tradição oral, também exemplifica a resistência através da língua. Mesmo após terem se

estabelecido ao longo do rio Cubate, afluente do Baixo Isana, e posteriormente ocupando toda a parte baixa do Rio Negro até Manaus, os Baré mantiveram sua língua e tradições, resistindo às pressões de assimilação (NANES, 2005).

O Kurripako, principal idioma proto-arawak para as línguas M-A, possui vários dialetos, cada um representando uma resistência linguística particular. Existem quatro grupos dialetais baseados nas oposições binárias de 'sim' e 'não': ãjã-kurri, êje-kurri, òjõ-karru e òjõ-ñame. Os curripako é uma tentativa de esclarecer e preservar a diversidade linguística. A confusão inicial gerada pela listagem de diferentes "idiomas" que eram na verdade nomes de diversos sibs patrilineares e fratrias dos curripako, reflete a questão da estrutura social e linguística desses povos - cada nome correspondia a um patrisib específico, revelando uma resistência através da preservação das identidades linguísticas e sociais (NANES, 2005). Logo, entende-se que o discurso e a língua dos povos indígenas do Rio Negro são ferramentas de resistência; preservam a história e as tradições culturais, afirmam a identidade e a autonomia desses povos frente às pressões externas. A manutenção e adaptação contínua de suas línguas e práticas discursivas demonstram uma resistência persistente contra a assimilação cultural e a perda de identidade. Para compreender isso, vou evidenciar a seguir, alguns elementos históricos importantes.

Para o período imediatamente anterior ao contato com os espanhóis e portugueses, foi apontado que os povos originários apresentavam algumas aglomerações que eram unidades políticas independentes, enquanto outras eram formadas por várias dessas unidades. Essas diferenças coexistiam, e uma mesma aglomeração poderia apresentar uma ou outra formação em períodos diferentes, devido aos constantes processos de cisão e fusão. Os chamados abajinos, das planícies da Araucanía, a área mais densamente povoada de toda a região, formavam uma aglomeração segmentada em vários cacicados conhecidos. Outras aglomerações se caracterizavam pela unidade política, como os arribanos no Chile, liderados por um único chefe e formadas por relações de parentesco, sustentadas por casamentos matrilineares, que produziam grande coesão através da hierarquização entre os núcleos familiares que forneciam homens e pagavam o preço da noiva e os que forneciam mulheres e recebiam o preço da noiva (SCHIAFFINI, 2016).

No mapuzungun, a língua mapuche, não existe uma palavra que se traduza como "comunidade". A categoria de lof remete ao grupo familiar e de convivência mais imediato. Essa categoria é interpretada como linhagem e inclui ancestrais mitológicos em algumas "reduções" no Chile. Os conceitos de tuwmum (origem de uma pessoa ou coisa, geralmente aplicado ao local de origem) e küpan (descendência) complexificam essa interpretação, acrescentando variáveis à categoria de lof. Lofche é traduzido como "gente da mesma redução", referindo-se a famílias que vivem juntas; uma organização territorial-familiar liderada pelo lonko (chefe) (SCHIAFFINI, 2016).

É importante explicar que a colonização no continente Abya Yala (hoje América) começou em 1492, na região andina em 1532 e na região do rio Negro “apenas” no século XVIII (porque os povos do baixo e médio rio Negro resistiram ao avanço dos colonizadores). Nesse período, iniciou-se um processo de genocídio e etnocídio, que continuou com a exclusão, segregação e racismo extremo, configurando uma tragédia histórica para os povos indígenas originários do continente, que persiste até os dias atuais. Apesar do fim do colonialismo formal, ainda existe uma relação de dominação que pode ser descrita como colonização das outras culturas (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

A dificuldade em imaginar uma alternativa ao colonialismo decorre do fato de que o colonialismo interno não é apenas uma política de Estado, mas uma estrutura social abrangente que permeia a sociabilidade, o espaço público e privado, a cultura, as mentalidades, os desejos, os gozos e as subjetividades. Nesse contexto, as comunidades indígenas do continente latino-americano têm construído suas lutas baseando-se em conhecimentos ancestrais, populares e espirituais, que sempre estiveram à margem do cientificismo eurocêntrico. Os discursos sobre desenvolvimento humano e bem-estar social foram ampliados a partir da diversidade cultural expressa nas Constituições de países latino-americanos, como Equador e Bolívia (ALCANTARA; SAMPAIO, 2017).

O contato com os colonizadores espanhóis e portugueses intensificou a concentração de riquezas e prestígio de alguns líderes. A relação com as autoridades espanholas nos países vizinhos ao Brasil é vista como a explicação para a formação dessas grandes aglomerações. Já no século XVII, os Butalmapus eram uma realidade, o que causou o predomínio de alguns cacicados em relação à maioria. As alianças

matrimoniais consolidaram essa estrutura, e a riqueza pecuária, junto com a grande quantidade de filhos, parentes e jovens, solidificou. A criação de grandes aglomerações segmentadas e a eventual concentração de liderança em indivíduos ricos e poderosos resultou do contato com a sociedade colonial espanhola. O controle de vastas extensões de território, a gestão e comércio de gado e a autonomia política são características dessa etapa (SCHIAFFINI, 2016).

Assim, verificamos a concentração de liderança e riqueza dentro das unidades indígenas. Certas figuras adquiriram prestígio e capacidade de influência que permitiram liderar grandes unidades políticas, embora sem obter poder coercitivo. As figuras do ülmen, do toki e do lonko sintetizam essas tendências. As campanhas militares organizadas simultaneamente pelos Estados argentino e chileno que receberam os nomes significativos de "Conquista do Deserto" na Argentina e "Pacificação da Araucanía" no Chile— marcaram um ponto de inflexão nessa situação de fortalecimento das unidades sociais mapuche (SCHIAFFINI, 2016).

O período que seguiu ao avanço militar caracterizou-se pela criação do latifúndio nas terras antes controladas pelos mapuche. Isso resultou na expropriação e desconcentração do poder acumulado pelos habitantes originários. O território por eles controlado foi reduzido (em alguns casos, a dominação foi quase total). As práticas subsequentes às ações militares, como o confinamento, a separação de famílias, a apropriação de crianças e o destino de homens e mulheres ao serviço doméstico, à indústria açucareira ou à Marinha, contribuíram para desestruturar a organização social mapuche (SCHIAFFINI, 2016).

As unidades indígenas utilizaram diversas estratégias para continuarem existindo. Aquelas que colaboraram com o avanço do Exército ou conseguiram estreitar vínculos com funcionários ou aliados próximos ao poder político conseguiram, através de grandes esforços, que fossem reconhecidas algumas léguas de terra para se estabelecerem. A reconstituição das unidades políticas e sociais mapuche ocorreu sobre um território alienado. Produziu-se a "destribalização", a expropriação da autonomia política e territorial. Nesse processo, ocorreu a fixação territorial do lofche, sua localização em territórios com limites definidos pelo conjunto social que saiu vitorioso das "Campanhas ao Deserto". A partir de então, o governo aplicou diferentes políticas

de radicação dos indígenas, que podem ser agrupadas em três tipos: a propriedade individual, a ocupação precária de terras fiscais e a criação de colônias coletivas (SCHIAFFINI, 2016).

Figura 1 - Comunidades indígenas no Rio Negro



Fonte: Acervo ISA.

Após tantas violências, ainda tivemos a perseguição e aprisionamento de famílias indígenas em campos de concentração ao longo do rio Negro. Nessas áreas, ocorreram desmembramentos familiares e o realojamento arbitrário dos indígenas como mão de obra escrava. Além disso, foram incorporados como serventes na alta sociedade e como combatentes nas forças armadas. No entanto, desses mesmos campos de concentração, negociou-se, em condições de extrema desigualdade, a entrega de algumas terras a caciques reconhecidos pelo Estado - esse processo é frequentemente considerado como genocídio (CAÑUQUEO; KROPFF; PEREZ, 2015).

Hoje, uma pequena parte do povo mapuche reside em "comunidades" rurais. Estimativas do Censo Nacional de População de 2010 indicam que entre 75% e 80% das pouco mais de 200.000 pessoas que se identificam como mapuche na Argentina vivem em centros urbanos. Uma "comunidade" mapuche em áreas rurais de Río Negro e Chubut consiste em um agrupamento de famílias, muitas das quais

compartilham vínculos genealógicos e administram coletivamente o território, embora através de regulações diversas. Dependendo da localização na zona de cordilheira (com maior precipitação e terras mais produtivas, além de ser um importante atrativo turístico) ou na meseta (com baixa produtividade, fortes ventos, pouca precipitação e temperaturas muito baixas), as opções para produção de subsistência variam. No entanto, a maioria dessas "comunidades" se dedica à pequena produção de caprinos e ovinos (SCHIAFFINI, 2016). A terra representava, como ainda representa, a possibilidade de garantir a sobrevivência de um grupo social. Embora a estratégia indígena de solicitar terras a partir do reagrupamento em torno de figuras reconhecidas pelo Estado tenha permitido que alguns grupos sobrevivessem, a formação desses grupos e os locais para onde foram relocados escaparam ao seu controle. Assim, aqueles que receberam terras, algo quase privilegiado, foram localizados em áreas marginais, de baixa ou péssima capacidade

produtiva (CAÑUQUEO; KROPFF; PEREZ, 2015).

Outros, com negociações menos bem-sucedidas, buscaram sobreviver em terras fiscais e começaram a exigir reconhecimento sob as novas normas que regiam os territórios nacionais desde 1884. Esses grupos, de menor visibilidade social, estavam em situação precária, pois não possuíam títulos de propriedade – em muitos casos, nem mesmo permissões de ocupação – e, ao mesmo tempo, eram estigmatizados como “índios”. Essa categoria incluía, entre outras características discriminatórias e racistas, a suposta incapacidade de tornar a terra produtiva e a falta de lógica trabalhista (esses argumentos foram retomados para justificar despejos e perseguições no início do século

XX) (CAÑUQUEO; KROPFF; PEREZ, 2015).

Na primeira metade do século XX, na região do arroio Comallo – no oeste da Linha Sul, na província de Rio Negro, – que não deve ser confundida com a região do Rio Negro no Amazonas, pois são duas regiões distintas – e em comunidades próximas como Cañadón Chileno, Las Mellizas, Aguada del Zorro, Fita Huau, Tres Cerros, Anecón Chico, Comallo Abajo, entre outras, os abusos por parte do estado e de particulares levaram à apresentação de demandas coletivas ao estado. Essas demandas visavam ao reconhecimento da terra em termos de “reserva indígena”, pedidos que foram desconsiderados sob o argumento de que seus autores não eram considerados “verdadeiros pecuaristas” (CAÑUQUEO; KROPFF; PEREZ, 2015).

O conceito de sobredeterminação, utilizado por Louis Althusser, foi aplicado ao nível de análise social, fazendo parte de um esquema teórico mais amplo, de raiz marxista e estruturalista, que inclui os conceitos de estrutura, série, significação flutuante e vazia, sutura e causalidade estrutural. Esse conceito implica considerar os sujeitos envolvidos como não preexistentes, mas como produtos dessas determinações. A sobredeterminação indica que todo fato ou processo social contém uma multiplicidade de determinações eficazes, oriundas de diferentes níveis da totalidade e que atuam simultaneamente, constituindo-o sem que uma dessas determinações possa ser identificada como causa suficiente. A "comunidade" mapuche do oeste de Rio Negro e Chubut é um significante flutuante, um elemento sobredeterminado que opera a sutura de um conjunto de encadeamentos e processos interrelacionados

(SCHIAFFINI, 2016).

3. A relação da Rede Wayuri com a FOIRN: governança indígena

A FOIRN foi fundada em 1987, na cidade de São Gabriel da Cachoeira, no estado do Amazonas, Brasil. Ela é a maior organização indígena da região do Rio Negro, uma área de extrema importância para a preservação da cultura e dos direitos dos povos indígenas. A federação nasceu da necessidade de fortalecer a representação dos povos indígenas do Rio Negro, que compreendem diversas etnias, incluindo os Tukano, Baniva, Yanomami, Hupd'äh e muitos outros. A principal missão da FOIRN é defender os direitos e interesses dos povos indígenas do Rio Negro. Isso inclui a promoção da autodeterminação, o fortalecimento das culturas indígenas e a luta pela proteção dos territórios tradicionais. A FOIRN desempenha um papel crucial na garantia de que os direitos e a voz dos povos indígenas sejam respeitados em uma região onde enfrentam constantes desafios, incluindo ameaças à sua terra e a violação aos modos de vida indígenas.

A Rede Wayuri, também denominada Rede de Comunicadores Indígenas do Rio Negro, foi estabelecida em novembro de 2017, quando era integrada por 17 comunicadores de oito diferentes etnias, incluindo Baré, Baniva, Desana, Tariana, Tukano, Tuyuka, Wanano e Yanomami. Atualmente, já são aproximadamente 60 comunicadores(as) indígenas, que produzem mensalmente o boletim de áudio Wayuri, que tem como objetivo disseminar informações sobre as terras indígenas do rio Negro para cerca de 750 comunidades. As notícias, relevantes para os 23 povos da região, são criadas pelos próprios comunicadores indígenas e distribuídas via WhatsApp, radiodifusão e transferência de arquivos por Bluetooth ou aplicativos como o ShareIT (FOIRN, 2024).

Além da produção de notícias, os comunicadores da Rede Wayuri atuam como facilitadores em eventos do movimento indígena e impulsionam iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades. Eles participam de intercâmbios com outras redes e grupos, bem como de oficinas, eventos culturais e coberturas especiais de eventos nacionais como o Acampamento Terra Livre (ATL) e outras assembleias e reuniões das comunidades e suas organizações locais. Ademais, utilizam as redes sociais

para divulgar informações através de vídeos, fotos, transmissões ao vivo, áudios e textos (FOIRN, 2024).

Destacam-se, nesse quadro, as iniciativas de comunicação realizadas pelos povos indígenas no Brasil. A Rádio Yandê foi criada em novembro de 2013 no Rio de Janeiro, por indígenas do Alto Rio Negro. Foi a primeira web rádio indígena do Brasil, que influenciou outras iniciativas, como a própria Rede Wayuri. Essa iniciativa representa uma plataforma digital de comunicação (web rádio) dedicada a cultura indígena, permitindo a disseminação de informações e músicas dos povos originários.

Já o Programa Voz Indígena, iniciado em 2017 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), é transmitido pela Rádio UFSCar. Seu objetivo é divulgar temas relacionados às culturas indígenas, proporcionando um espaço para que as vozes indígenas sejam ouvidas e suas questões sejam discutidas amplamente (LOZOVEI, 2021).

Além disso, em 2017, surgiu o podcast ‘Copiô Parente’, uma produção do Instituto Socioambiental (ISA). Apresentado por Letícia Leite, o programa oferece notícias semanais sobre políticas indigenistas em Brasília e no cenário nacional, contribuindo para a informação e mobilização das comunidades indígenas e do público em geral.

Já o podcast ‘Originárias’, lançado em maio de 2019, é focado na divulgação da música e arte dos povos indígenas da América Latina. Renata Tupinambá, uma das fundadoras da Rádio Yandê, apresenta o programa, que está disponível em plataformas de streaming e no site da rádio, ampliando o acesso a essas expressões culturais (LOZOVEI, 2021).

Importa explicar aqui o que mencionam Staudt e Mazzarino (2016) sobre a utilização de meios audiovisuais como ferramentas pedagógicas em processos de educomunicação socioambiental. Diversos tipos de mídias audiovisuais, como documentários (programas que podem ser veiculados em meios virtuais, o que amplia seu alcance e impacto), podem ser usados para disseminar conteúdos ambientais tanto em plataformas tradicionais quanto virtuais. Esses materiais audiovisuais têm o potencial de alcançar um público amplo e causar um impacto ao serem compartilhados na internet através de múltiplas redes conectadas. Ao serem circulados na internet, esses

materiais audiovisuais ajudam a sensibilizar o público sobre os problemas ambientais, destacando tanto questões locais quanto globais. Esses documentários e outros meios audiovisuais trazem diferentes perspectivas sobre o tratamento dado ao meio ambiente, expondo as falhas em nossa relação cotidiana com a natureza.

Nos círculos comerciais, documentários socioambientais enfrentam dificuldades para alcançar o público devido a interesses financeiros. As produções muitas vezes não chegam aos grandes mercados por falta de apoio comercial. Nas escolas, esses recursos audiovisuais são mais acessíveis, mas o impacto real sobre a conscientização e a mudança de comportamento dos estudantes é incerto. Embora esses documentários circulem no ambiente escolar e virtual, a sua capacidade de transformar radicalmente a conduta padrão dos indivíduos ainda é questionável. A utilização de meios audiovisuais na educomunicação socioambiental é uma estratégia para educar e sensibilizar o público sobre questões ambientais. No entanto, a eficácia desses recursos depende de sua difusão e do contexto em que são utilizados. No ambiente escolar, é fundamental avaliar e potencializar o impacto desses materiais, coloca Staudt e Mazzarino (2016).

Nos projetos educacionais, observa-se que a curiosidade tecnológica dos alunos muitas vezes supera o interesse pelas questões ambientais. Durante as oficinas, tem-se mais ênfase sobre a criação e edição de vídeos do que sobre a discussão de temas ambientais. A superação dessa curiosidade tecnológica em favor da ambiental depende da continuidade dos processos educacionais. Equipamentos adequados e grupos capacitados são essenciais para sustentar esse trabalho nas escolas.

Aqui retomo alguns dos princípios da educomunicação socioambiental já trabalhados no Capítulo 1:

- Diálogo e interatividade: os princípios de diálogo contínuo, interatividade e respeito à diversidade foram evidentes nos processos educacionais. Esses elementos são fundamentais para a democratização da comunicação e a sensibilização ambiental;
- Limitações e potencialidades: embora os documentários socioambientais tenham um papel importante, sua capacidade de mudar comportamentos de maneira

radical ainda é questionável. A implementação bem-sucedida desses recursos depende de um ambiente propício e de um público engajado.

Essa iniciativa reforça a autonomia dos povos indígenas por meio da criação de suas próprias narrativas. Uma das missões dos comunicadores é combater as notícias falsas que prejudicam os povos indígenas, lutando contra estereótipos e preconceitos, que muitas vezes são criados para distorcer a realidade e prejudicar a imagem desses povos, visando interesses econômicos e políticos (FOIRN, 2024).

Com o fortalecimento da FOIRN, a Rede Wayuri nasce como uma iniciativa da Federação em virtude da necessidade dos próprios povos indígenas do Rio Negro contarem sua história. A Rede Wayuri é um braço da FOIRN que tem como missão a promoção da comunicação participativa, contribuindo também para outras lutas do movimento indígena, como a da demarcação e defesa dos territórios e por políticas públicas de saúde e educação diferenciada.

Capítulo 4. Educomunicação fortalecendo (r)existências

No dia 20 de outubro de 2023 tive a honra de participar do evento “Educomunicação e (r)existências: vozes das Amazônias e das periferias”, que contou com a presença de grupos e escolas que representam e desenvolvem iniciativas educacionais com ênfase na preservação dos territórios. Nesse evento, também prestigiamos o pré-lançamento do documentário de cinco anos da Rede Wayuri, que contribui para a construção e reafirmação de territorialidades indígenas.

Através dessa produção de conteúdo, além da valorização das línguas, culturas e questões locais, a Rede fortalece o protagonismo indígena na própria construção da película. Essa prática preserva o direito à comunicação, garantindo a resistência cultural e a linguística, reforçando a soberania e o discurso sobre suas terras, frente a pressões externas e projetos de desenvolvimento que não respeitam os direitos indígenas.

Para situar esse encontro importa apontar um transcurso histórico da educomunicação, como explica Aranha et al (2016).

- **Década de 1960**

Paulo Freire desenvolve a teoria da comunicação dialógica, que se torna uma referência para a educomunicação.

- **Década de 1970**

Início do processo interdisciplinar de produção de conhecimento dito ambiental e criação de uma consciência voltada aos valores da natureza.

- **Década de 1980**

Institucionalização da educação ambiental no Brasil, com a organização dos órgãos governamentais de meio ambiente para instituir a gestão ambiental.

- **1998**

Mario Kaplún, educador, radialista e escritor argentino, conhecido por promover a comunicação transformadora e criticar a comunicação bancária, publicou obras nas quais concebe um modelo de comunicação libertadora inspirado na teoria de Freire, que rejeita a hierarquia entre emissores e receptores e promove um comunicador ativo no processo criativo.

- **1999**

Promulgação da Lei Federal 9.795, que institui os parâmetros nacionais da Educação Ambiental, estabelecendo diretrizes para a prática da Educomunicação Ambiental no Brasil, e regulamentação da Política Nacional de Educação Ambiental, fortalecendo os parâmetros estabelecidos pela Lei 9.795.

- **2008**

O Ministério do Meio Ambiente destaca a importância da dimensão pedagógica dos processos comunicativos associados à questão ambiental no ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental.

- **2011**

Piancastelli (2011) realiza uma revisão bibliográfica sobre educomunicação, destacando a tradição do jornalismo ambiental brasileiro na relação entre meio ambiente e cidadania e a importância da obra de Wilson Bueno.

- **2012**

Destacam a capacitação de professores e a disponibilização de materiais didáticos para estimular a discussão sobre Educação Ambiental nas escolas após a promulgação da Lei 9.795.

Como colocam Brianezi e Gattás (2022), a importância da educomunicação destaca-se por sua implementação e expansão nas políticas públicas, começando com o projeto piloto Educom.Rádio e consolidando-se com a Lei Municipal 13.941/2004. Esta legislação permitiu que a educomunicação se mantivesse e crescesse dentro do sistema educativo de São Paulo, integrando-se como uma estratégia pedagógica na Rede Municipal de Educação (RME-SP). Assim, tem-se:

(i) **Implementação e expansão em São Paulo:** a educomunicação foi oficialmente incorporada ao contexto educacional de São Paulo com a Lei Municipal 13.941/2004. O projeto piloto Educom.Rádio, realizado entre 2001 e 2004 em parceria com o NCE/ECA/USP, envolveu 455 escolas municipais e serviu como base das práticas educacionais. Atualmente, a RME-SP, que atende a mais de um milhão de estudantes, utiliza a educomunicação como uma de suas estratégias pedagógicas, promovendo a formação continuada dos educadores.

(ii) **Reconhecimento e institucionalização no Brasil:** em 2006, a educomunicação foi incorporada ao programa Mais Educação do Ministério da Educação (MEC), no macrocampo "Educação e Uso das Mídias". Embora o termo "educomunicação" não tenha sido inicialmente reconhecido oficialmente, essa situação mudou em julho de 2021, quando a palavra foi oficialmente incluída no dicionário pela Academia Brasileira de Letras. A Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) desempenhou um papel fundamental nesse reconhecimento, reunindo atualmente 228 associados ativos em 7 núcleos regionais.

(iii) **Desenvolvimento acadêmico e eventos:** a institucionalização da educomunicação no campo acadêmico é evidente, com um aumento no número de dissertações e teses sobre o tema e a criação de dois cursos de graduação em universidades públicas: Licenciatura em Educomunicação na ECA/USP e Bacharelado em Comunicação Social com ênfase em Educomunicação na UFCG, ambos em 2009. Eventos importantes como o VI Simpósio Brasileiro de Educomunicação em 2008 e o IX Encontro Brasileiro de Educomunicação em 2022 demonstram o crescimento e a relevância da área.

(iv) **Convergências com a educação ambiental crítica:** tanto a educomunicação quanto a educação ambiental crítica compartilham uma crítica ao utilitarismo e valorizam todas as formas de vida pelo seu valor intrínseco. A educação ambiental crítica apoia-se na construção coletiva e dialógica da racionalidade ambiental, promovendo a criação de ecossistemas comunicativos e espaços de convivência que favorecem a aprendizagem sobre o meio ambiente.

Durante os anos, a educomunicação tem se consolidado como uma ferramenta no sistema educativo de São Paulo e no Brasil, promovendo a formação crítica, dialógica e democrática. O reconhecimento oficial e a institucionalização acadêmica da educomunicação apontam o seu potencial transformador.

O encontro “Educomunicação e (r)existências: vozes das Amazônias e das periferias” foi importante na reafirmação da educomunicação como uma ferramenta de defesa de direitos e da promoção de diferentes comunidades alinhadas com os princípios de dignidade e diversidade. No meu processo formativo, participar dessas discussões foi fundamental, pois consegui presenciar a comunicação ativista presente na luta por territórios, formando canais de transformação social.

4.1 O papel da educomunicação na abordagem da Rede Wayuri

Considero que a educomunicação praticada pela Rede Wayuri também se coloca como contraponto às narrativas contra-hegemônicas, que na maioria das vezes marginalizam ou invisibilizam as comunidades indígenas. Mediante as suas transmissões e publicações, a Rede possibilita que as comunidades do Alto Rio Negro

articulem as suas próprias visões sobre desenvolvimento, sustentabilidade e direitos, inserindo essas perspectivas em diálogos regionais e nacionais – movimento que contribui para uma maior conscientização e mobilização em torno de questões como direitos territoriais, ambientais e o *bien vivir*.

Essas práticas se inserem dentro educomunicação socioambiental com vistas a educar as pessoas de forma intencional e direcionada, intervindo em questões sociais e ambientais. O termo "socioambiental" destaca que os problemas sociais e ambientais estão interligados e não podem ser separados. Envolve ativamente as pessoas no processo educativo, promovendo o diálogo e a troca de ideias: não é uma educação onde apenas o professor fala e os alunos escutam, mas sim uma educação onde todos participam e contribuem.

Enfatiza-se, nesse sentido, a pesquisa de Franco, Pereira e Melo (2021), na qual se realiza o mapeamento das iniciativas comunicacionais em comunidades ribeirinhas e indígenas da Amazônia, explorando o uso de ferramentas digitais para combater a desinformação e a pandemia de Covid-19. Durante a pesquisa, foram identificadas pelo menos 25 etnias que utilizam plataformas digitais audiofônicas (relacionadas ao som), como podcasts, para: (i) combater o coronavírus; (ii) combater a desinformação e as fake news. Esses podcasts são distribuídos por WhatsApp e, quando não há sinal de internet, por Bluetooth ou pendrives.

O estudo tinha como foco mapear as iniciativas comunicacionais de entidades representativas ribeirinhas e indígenas na Amazônia. Especificamente, procurou identificar quais comunidades em situações de vulnerabilidade social estavam utilizando ferramentas de jornalismo digital e redes sociais no âmbito audiofônico (e a Rede Wayuri foi uma das principais iniciativas estudadas). Nesse sentido, considerou-se que as iniciativas digitais visam romper o distanciamento social das comunidades, fortalecendo:

- O espaço de voz e a preservação das culturas;
- A defesa dos direitos indígenas;
- A denúncia de ameaças;
- A troca de saberes.

Considera-se que para gerir a comunicação nos espaços educativos, é importante usar métodos que envolvam as pessoas de forma ativa e que façam elas refletirem e questionarem a realidade ao seu redor. Essas metodologias incentivam a análise crítica e a resolução de problemas.

O Programa Cultivando Água Boa é um exemplo concreto de educomunicação socioambiental em ação. Trata-se de um programa da Hidrelétrica Itaipu Binacional que protege os recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Paraná III. Envolve várias entidades, incluindo governos, cooperativas, sindicatos, universidades, escolas e agricultores. O Cultivando Água Boa utiliza a educomunicação socioambiental para construir uma sociedade mais sustentável, enfatizando a participação coletiva. Este programa foi reconhecido pela ONU como a melhor gestão de recursos hídricos do mundo em 2015.

Assim, a educomunicação socioambiental tem como objetivo fortalecer a reflexão crítica e a ação social, formando cidadãos participativos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais sustentável. Considera-se que a educomunicação começou como um movimento popular onde comunicadores denunciavam os meios de comunicação por serem politicamente e ideologicamente enviesados. Com o tempo, evoluiu para um campo de intervenção social com um propósito educativo. Segundo Paulo Freire, um dos principais teóricos da educação, este modelo de educação visa promover a democracia e transformar a sociedade. Ele enfatiza a participação ativa das pessoas no processo educativo e a formação para a participação social. Este paradigma, defendido por Freire e outros teóricos como Loureiro, argumenta que a educação deve ser crítica e emancipadora, ajudando as pessoas a entender e transformar a realidade social e ambiental ao seu redor.

A educomunicação socioambiental deve ser criativa e aberta às questões sociais e ambientais, promovendo o diálogo e a ação ao longo do tempo. A interação da Rede Wayuri com as experiências educacionais em contextos urbanos, como em São Paulo, permitiu uma troca de saberes e estratégias. Essas interações contribuem com o repertório comunicativo e ativista das populações indígenas e dos grupos urbanos, promovendo compreensão mútua e apoio em prol da vida em comunidade. A colaboração entre redes indígenas e urbanas evidencia o potencial da educomunicação

como uma ferramenta para aliar esforços na luta por justiça social e ambiental.

4.2 A interação entre Rede Wayuri, Viração Educomunicação e Imprensa Kunumíngue

No encontro sobre o lançamento do documentário que celebra os cinco anos da Rede Wayuri, presenciei a discussão sobre o impacto da educomunicação na construção de territorialidades e demandas contra-hegemônicas. A Rede Wayuri, uma iniciativa de comunicadores indígenas do Alto Rio Negro, serve como um estudo de caso para explorar essas dinâmicas.

Abaixo estruturam-se os principais pontos dessa experiência:

Visão Geral do Evento

- Localização: São Paulo;
- Tipo de Evento: Lançamento do documentário, painel de discussão e oficina com troca de experiências sobre produção de podcasts e boletins sonoros;
- Foco do Documentário: cinco anos de existência da Rede Wayuri.

Organizações e coletivos participantes:

- Rede Wayuri (Cláudia Wanano e Elisângela Baré);
- Instituto Socioambiental - ISA (Naiara Bertoli);
- Viração (Juliane Cruz, Mariano, Rhafaela Resende, Monise Berno e Pedro Pankararé);
- Imprensa Kunumíngue (Carmen Gattás e Shirley Guarani);
- Universidade Estadual do Amapá (Régys da Silva Rodrigues);
- Coletivo Vozes das Juventudes na Amazônia (Thamires da Silva Vasconcelos, Anelyr do Nascimento, Bruno Borges Moura, Emídio Pó Sarges e Gabrielly Marques dos Santos);
- Escola Família Agroextrativista do Carvão (Janilson Moraes de Leão);
- Escola Família Agroecológica do Macacoari (Rosiane de Souza Macedo);

- Metareciclagem (José Neto e Karina Sales);
- A.R.E.I.A (Ação Replicadora Educomunicativa Insurgente de Articulação) (André Buccieri, Alanis Oliveira, Rosa Baptista Faustino Miranda e Stephany Oliveira Francisco);
- Sesc (Tatiana Amaral e Felipe Campagna de Gaspari);
- Oboré (Sérgio Gomes);
- Instituto Democracia e Mídias da Alemanha (Tainã Mansani).

Tópicos de Discussão

- Como identificar nossas pautas prioritárias nos territórios e como trabalhar com a dupla perspectiva da denúncia e do anúncio;
- O papel e o impacto da Rede Wayuri na comunicação e resistência entre as comunidades indígenas;
- Experiências dos participantes relacionadas à produção de mídia, engajamento comunitário e resistência contra a comercialização e objetificação por meio de uma perspectiva não linear sobre comunicação e progresso.

Pontos Principais

- Comunicação e Resistência: as experiências e histórias enfatizaram o poder transformador da comunicação em fomentar projetos de desenvolvimento e desafiar narrativas existentes, principalmente, quando a comunidade se enxerga na culminância do desse projeto.
- Engajamento Comunitário: discussão sobre como o engajamento comunitário por meio da Rede Wayuri e outras organizações facilitou iniciativas socioambientais.

Desafios Notados

- Disputa e influência da cultura dominante: Discussões sobre a identidade cultural e ancestral e a desconexão de alguns indígenas com esse discurso, com ênfase na juventude;

- **Preservação Cultural:** importância de preservar as culturas indígenas por meio de esforços ativos de comunicação;

A interação entre a Rede Wayuri e outras entidades como Viração Educomunicação e Imprensa Kunumingue destaca-se como um exemplo de colaboração intercultural e inter-regional. Essas parcerias permitem um intercâmbio de metodologias e experiências educacionais que constroem o repertório de ações e estratégias de cada grupo. Por exemplo, através dessas interações, práticas de comunicação digital e tradicional são integradas, permitindo que as narrativas indígenas do Alto Rio Negro ganhem visibilidade em contextos urbanos e vice-versa. Este diálogo constante fortalece a capacidade de ambas as comunidades urbanas e indígenas de articularem as suas demandas e realidades.

4.3 Os desafios e potências educacionais em comum presentes na Rede Wayuri, Viração Educomunicação e Imprensa Kunumingue

As organizações partilham desafios comuns, como a necessidade de adaptação às novas tecnologias e a luta por sustentabilidade financeira de suas operações. No entanto, as potências dessas colaborações são evidentes: elas demonstram a capacidade de mobilizar recursos educacionais e comunicativos que respeitam e valorizam a diversidade cultural.

A tabela abaixo detalha esse cenário:

Tabela 3 - Desafios e potências das iniciativas educacionais para a promoção de uma comunicação que respeita e valoriza a diversidade cultural e social das comunidades envolvidas

Desafios	Potências
Falta de infraestrutura tecnológica adequada em áreas remotas	Fortalecimento da autonomia dos povos e comunidades na produção e disseminação de suas próprias narrativas
Dificuldades no acesso à internet de alta qualidade	Protagonismo juvenil e comunitário na criação de conteúdo e na defesa de seus direitos

Limitações de equipamentos adequados para produção e disseminação de conteúdo	Valorização e promoção das línguas e culturas locais
Necessidade constante de capacitação de comunicadores(as) e educadores(as) para uso eficaz das ferramentas de comunicação	Diversificação dos conteúdos educativos e comunicativos com base em contextos culturais específicos
Escassez de recursos para treinamentos contínuos e atualizações	Abordagens educomunicativas que promovem a educação crítica e emancipatória
Dificuldade em obter financiamento consistente para manter as atividades	Participação ativa das comunidades na construção do conhecimento e na resolução de problemas locais
Dependência de projetos e doações que podem ser incertos ou esporádicos	Criação e fortalecimento de redes de comunicadores e educadores que trocam experiências e conhecimentos
Combate às notícias falsas que afetam negativamente as comunidades	Parcerias com outras organizações, movimentos sociais e redes de apoio que ampliam o alcance e a eficácia das iniciativas
Enfrentamento de estereótipos e preconceitos perpetuados pela mídia tradicional	Utilização de mídias sociais, rádio comunitária, boletins de áudio e outras plataformas alternativas para disseminação de informações
Luta pelo reconhecimento e valorização das vozes indígenas e comunitárias nas esferas públicas e políticas	Inovação na distribuição de conteúdo em áreas com acesso limitado à internet, como através de Bluetooth e aplicativos de compartilhamento
Necessidade de visibilidade e legitimação das produções locais em um contexto dominado por grandes mídias	Flexibilidade na adoção de novas ferramentas e métodos de comunicação adaptados às necessidades locais.

Fonte: elaboração da autora.

Desse modo, evidencia-se que a colaboração entre essas entidades promove uma outra visão de comunicação e sociabilidade, pautada pelo respeito com o outro e o acolhimento das diferenças. Esse cenário facilita a criação de conteúdo que responde às necessidades específicas de cada comunidade, sejam elas urbanas ou indígenas, e mostram as suas vozes em plataformas nacionais e internacionais.

4.4 A importância da oralidade para as experiências educomunicativas indígenas e das periferias

Desde as minhas primeiras experiências em educomunicação, entendo que a oralidade é central nas práticas educomunicativas, especialmente em comunidades indígenas e periféricas, onde muitas vezes se preserva a história e o conhecimento

coletivo através de narrativas entre os membros daquela coletividade. Esta tradição oral fortalece os laços comunitários e transmite valores culturais; ademais, adapta o uso de mídias modernas para resistir à homogeneização cultural.

Assim, é possível destacar exemplos de como a oralidade é empregada nas experiências educomunicativas indígenas. Apresento alguns exemplos extraídos principalmente do contexto das atividades da Rede Wayuri e de suas interações com outras organizações, que demonstram a importância da oralidade:

- Produção de conteúdo oral: a Rede Wayuri produz regularmente boletins de áudio que são disseminados via WhatsApp, radiodifusão e outros métodos que não dependem estritamente do acesso à internet. Esta prática ressalta a oralidade, adaptando a comunicação às tradições indígenas que valorizam a transmissão oral do conhecimento e das notícias. Além disso, permite a produção em múltiplos idiomas indígenas: não por acaso, o Alto Rio Negro é considerado a “Terra das Línguas”, porque lá, além do Português, quatro idiomas indígenas são considerados por lei como oficiais (baniva, nheengatu, tukano e yanomami);
- Eventos e painéis de discussão: durante o evento de lançamento do documentário que celebra o aniversário de cinco anos da Rede Wayuri, foram realizados painéis de discussão com a participação de membros indígenas e de organizações parceiras. Essas discussões, centradas na oralidade, permitem que os participantes compartilhem experiências e conhecimentos de maneira direta e pessoal, fortalecendo a comunicação e o entendimento mútuo;
- Entrevistas e depoimentos: as entrevistas com membros da comunidade e líderes, como parte das atividades documentais e de reportagem da Rede Wayuri, são outro exemplo de como a oralidade é importante. Essas entrevistas ajudam a capturar as vozes e perspectivas indígenas promovendo uma narrativa que valoriza a expressão oral;
- Engajamento comunitário: o engajamento direto com as comunidades através de

encontros, nos quais se discutem temas de interesse comum, mostra a importância da oralidade para a preservação cultural, e também como uma estratégia de mobilização e educação.

Estes exemplos evidenciam como a oralidade contribui na preservação cultural e na transmissão de conhecimentos, e se integra às práticas modernas de educomunicação, proporcionando uma plataforma para a expressão e a participação comunitária. Entende-se que a oralidade permite uma forma de comunicação participativa e democrática, essencial para a mobilização comunitária e a defesa de direitos.

4.5 O questionamento das centralidades - educomunicação ajudando a pautar vozes historicamente silenciadas

A educomunicação tem um papel fundamental no questionamento das narrativas centrais que frequentemente marginalizam comunidades específicas, promovendo um diálogo mais inclusivo. Ao centrar vozes historicamente silenciadas, essas práticas desafiam o status quo e contribuem para uma maior equidade no acesso aos meios de comunicação. Isso empodera essas comunidades, proporcionando-lhes os meios para contar suas próprias histórias, e promove uma maior conscientização e apreciação da diversidade cultural e social.

Entende-se que a educomunicação é definida como um conjunto de processos que promovem a formação de cidadãos participativos. Estes processos incluem:

- Leitura crítica da mídia: análise crítica dos conteúdos midiáticos;
- Produção midiática colaborativa: criação conjunta de conteúdos;
- Gestão democrática da comunicação: envolvimento democrático na comunicação.

Estes elementos promovem a participação social e política, fortalecendo a democracia e garantindo o direito à comunicação. Ademais, os processos de descolonização das narrativas, como explica Jesus et al (2021) ressaltam a necessidade de analisar e entender as particularidades regionais e locais dentro dos contextos nacionais. Coloca-se o exposto por Chagas, Cruz e Bartniski (2021) acerca da

importância da narrativa no perspectivismo indígena dos Tupis pelo conceito de "Poranduba", que engloba várias formas de narrativa, como relatos, fábulas, contos e histórias. Considera-se que o perspectivismo indígena destaca a interação dinâmica entre quem narra a história e quem a escuta. A narrativa não se limita a transmitir informações, mas é um processo dialético onde o ouvinte e o narrador participam ativamente na criação do significado.

Esta interação é importante para compreender como a informação é transmitida e percebida nas comunidades indígenas. A dialética entre ouvinte e narrador promove uma compreensão compartilhada e coletiva da narrativa. Logo, a preocupação com uma verdade objetiva e externa é substituída por um foco na relevância e no significado da narrativa dentro da comunidade. A verdade não é vista como uma entidade fixa e universal, mas como algo que se constrói através da interação e da experiência compartilhada. Nesse contexto, é fundamental abandonar os pressupostos cartesianos (visão filosófica baseada na razão como o principal meio para alcançar o conhecimento) e devolver o protagonismo às comunidades indígenas; o que implica reconhecer e valorizar as formas de comunicação tradicionais que foram marginalizadas pelos paradigmas ocidentais – evidenciam Chagas, Cruz e Bartniski (2021).

Tem-se, nesse quadro, alguns exemplos de comunicação indígena, como: (i) parejará: mensageiros guaranis que viajavam longas distâncias para transmitir mensagens entre tribos. Esses mensageiros eram corredores rápidos e resistentes, que levavam bolsas com mensagens aos conselhos de anciãos ou caciques; (ii) cambarissú: sistema de percussão subterrânea utilizado pelos Katukina para se comunicarem entre aldeias. Este sistema utilizava vibrações no solo para transmitir mensagens a longas distâncias. Além disso, coloca-se o reconhecimento de tecnologias pré-colombianas com os relatos reconhecem essas formas de comunicação como tecnologias avançadas para o seu tempo. Esses sistemas mostram a sofisticação e a diversidade das estratégias comunicativas indígenas, desafiando a percepção de que as sociedades pré-colombianas careciam de tecnologia avançada, explicam Chagas, Cruz e Bartniski (2021).

Isso é especialmente relevante para a cultura negra e indígena e seu silenciamento, destacando como a invisibilidade dos autores negros implica uma falta de representação e reconhecimento em espaços de difusão cultural. A etnicização e mobilização cultural e política desses grupos dentro e através das fronteiras nacionais

tem transformado não apenas espaços físicos, mas também as dinâmicas de poder e representação. Essa transformação fomenta a confrontação, negociação e empoderamento dos grupos subalternizados, proporcionando uma plataforma para que suas vozes sejam ouvidas e valorizadas.

Nesse cenário, a educomunicação promove a participação ativa dos indivíduos na construção e difusão do conhecimento. Facilita que as vozes historicamente silenciadas possam se expressar e serem integradas em narrativas mais inclusivas e representativas, superando as barreiras impostas pelas estruturas de poder hegemônicas. Ao questionar as centralidades e fomentar a educomunicação, promove-se um ambiente onde as vozes historicamente silenciadas podem contribuir de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais equitativa. A descolonização das narrativas e a mobilização cultural e política dos grupos étnico-raciais são fundamentais para a inclusão e o reconhecimento de todas as culturas e perspectivas.

Considerações Finais

Este estudo destaca a importância da educomunicação na preservação das expressões culturais das populações indígenas amazônicas, com atenção na atuação da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e da Rede Wayuri. A prática educacional é apresentada como uma ferramenta para fortalecer a identidade cultural, promover o diálogo intercultural e fomentar a autonomia das comunidades indígenas. Além disso, o estudo enfatiza o impacto positivo dessas ações na garantia dos direitos culturais e territoriais das comunidades.

A educomunicação se mostra importante para a promoção do "Bem Viver" entre as comunidades indígenas. Através dela, as comunidades podem preservar e revitalizar suas culturas e línguas, fortalecer suas identidades territoriais e resistir às pressões externas. A prática educacional facilita a criação de narrativas próprias, combate estereótipos e promove a justiça climática, contribuindo para um futuro inclusivo.

Os desafios atuais incluem ataques políticos, repressão dissimulada, falta de infraestrutura tecnológica adequada, dificuldades no acesso à internet de alta qualidade, limitações de equipamentos para produção e disseminação de conteúdo, necessidade de

capacitação contínua para comunicadores e educadores, e escassez de recursos financeiros para manter as atividades.

Hoje, muitos indígenas enfrentam o desafio de manter as suas narrativas de dignidade na cidade devido à desconexão com a terra e o território, que são fundamentais para sua identidade e bem-estar. A urbanização frequentemente resulta em perda de práticas culturais tradicionais e dificuldade em manter a coesão comunitária. Nesse contexto, a educomunicação pode ajudar a mitigar esses desafios, criando espaços para a expressão cultural e a reconexão com as suas raízes.

A valorização da educação indígena não deveria vir a partir da destruição do mundo, mas sim de uma mudança paradigmática na forma como as sociedades enxergam e integram os conhecimentos indígenas. É necessário um reconhecimento e uma valorização genuína das culturas indígenas, promovendo políticas públicas que respeitem e incentivem essas tradições educacionais.

As perspectivas futuras envolvem a continuidade das iniciativas educacionais, fortalecimento das redes de comunicadores indígenas, e a integração das práticas culturais e educacionais indígenas nos currículos formais e informais. É necessário também assegurar o financiamento sustentável para esses projetos e promover parcerias com outras organizações.

Este estudo buscou contribuir para o entendimento das múltiplas pronúncias do existir nas comunidades indígenas, destacando como a educomunicação pode ser utilizada para preservar e fortalecer as expressões culturais e identitárias dessas populações. Ao analisar o trabalho da FOIRN e da Rede Wayuri, a pesquisa evidenciou a importância de práticas comunicativas que valorizam a diversidade cultural, promovem o diálogo intercultural e garantem a autonomia e os direitos territoriais das comunidades indígenas.

Recomendações para Políticas Públicas:

- i. Implementar programas de formação contínua em educomunicação para comunidades indígenas, capacitando-as a utilizarem ferramentas tecnológicas e de comunicação para preservar as suas culturas e línguas;

- ii. Estabelecer parcerias entre organizações governamentais e não governamentais para financiar e apoiar iniciativas de educomunicação nas comunidades indígenas, garantindo recursos e infraestrutura adequados;
- iii. Criar políticas públicas que incentivem a inclusão da educomunicação nos currículos das escolas localizadas em territórios indígenas, promovendo uma educação que valorize a cultura e a identidade desses povos;
- iv. Desenvolver plataformas digitais acessíveis para a disseminação de conteúdos produzidos por comunicadores indígenas, promovendo o diálogo intercultural;
- v. Promover congressos e campanhas de conscientização sobre a importância da educomunicação para a promoção do bem viver, destacando o papel dos pesquisadores
- vi. em criar um observatório de projetos e ações nacionais e internacionais, relacionados ao tema.

Recomendações para Futuras Pesquisas:

- vii. Investigar os impactos de longo prazo das práticas educacionais nas comunidades indígenas, avaliando como essas iniciativas contribuem para a preservação cultural e o fortalecimento da identidade comunitária;
- viii. Explorar a relação entre a educomunicação e a saúde mental das populações indígenas, analisando como a preservação das tradições culturais pode influenciar o bem-estar psicológico dessas comunidades;
- ix. Estudar as interações entre redes de comunicadores indígenas e outras iniciativas de comunicação em contextos urbanos, avaliando as trocas de saberes e estratégias que advém dessas colaborações;
- x. Analisar o papel da educomunicação na resistência às pressões externas, como projetos de desenvolvimento que ameaçam os territórios indígenas, identificando estratégias eficazes de defesa dos direitos territoriais;
- xi. Examinar a influência das políticas públicas de educomunicação na governança indígena, avaliando como essas políticas podem ser aprimoradas para melhor atender às necessidades das comunidades.

xii. A governança indígena e a promoção do bem viver estão ligadas ao fortalecimento das práticas educomunicativas. Através da educomunicação, as comunidades podem se tornar mais autônomas e empoderadas, articulando suas demandas e resistindo às imposições externas. As perspectivas futuras apontam para uma maior integração dessas práticas nas políticas públicas e no desenvolvimento sustentável, respeitando a diversidade cultural e os direitos territoriais dos povos indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Liliane Cristine Schlemer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. Rev. Rupturas 7(2), Costa Rica, Jul-Dic 2017. ISSN 2215-2466. 1-31.

BARRETO, Isabel; AZPIROZ, Andrés. Familia y movilidad social en la frontera al norte del río Negro (Uruguay) durante la primera mitad del siglo XIX. *Historiolo.rev.hist.reg.local*, Medellín , v. 13, n. 28, p. 242-284, Dec. 2021 .

BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 21, n. 41, 2022. ps. 33-43

BRIANEI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. Amazônias dos rios, rodovias e dos fluxos informacionais: demarcação de terras e de telas. *Problèmes d'Amérique latine*, 2023, 125, 53-61.

BRIANEZI, Thais; VIANA, Claudemir Edson . Educomunicação, bem-viver e justiça climática: sinergias potencializadoras de outros mundos possíveis (e necessários). In: Dayanna K Mello da Silva; Claudia Lago. (Org.). *Educomunicação e outras epistemologias*. 1ed.São Paulo: Editora Paulus, 2023, v. 1, p. 135-153.

CAMURÇA, Marcelo. Teologia da Libertação: uma teologia da periferia e dos excluídos. *ComCiência*, Campinas, n. 146, marzo 2013 .

CAÑUQUEO, Lorena; KROPFF, Laura; PEREZ, Pilar. A la sombra del estado: Comunalización indígena en parajes de la pre cordillera de Río Negro, Argentina. *Revista del Museo de Antropología* 8 (2): 159-170, 2015

CHAGAS, Luan; CRUZ, Márcio Camilo.; BARTNISKI, Jenisse Edy Viana (2021). Podcast y audios para whatsapp como estrategias para combatir a la covid-19 en comunidades indígenas. *Razón y Palabra*, vol. 24, nº 110 Enero - Abril, pp. 370-382.

ESTERMANN, Josef. Crisis civilizatoria y Vivir Bien - Una crítica filosófica del modelo capitalista desde el allin kawsay/suma qamaña andino. *Polis*, Revista de la Universidad Bolivariana, Volumen 11, Nº 33, 2012, p. 149-174.

FOIRN. Rede Wayuri. 2024, online. Disponível em: <https://foirn.org.br/rede-de-comunicadores-indigenas-do-rio-negro/>. Acesso em: 26 mai 2024.

FRANCO, Thiago; PEREIRA, Eliete; MELO, Ana Beatriz Viana de.(2021). Net-ativismo ameríndio em podcast Comunicación étnica y reticular en la Amazonía brasileña, en período pandémico. Razón y Palabra, vol. 25, nº 112, septiembre - diciembre 2021, pp. 365-376.

KRENAK, Aílton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Aílton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LOZOVEI, Jéssica Cristina. (2021). Estudo da Rede de Comunicadores Wayuri: espacialização e territorialidades construídas a partir da comunicação popular. Contra Corrente, nº 17, 2, pp. 241- 260.

MACHADO, Sátira Pereira; DE OLIVEIRA SOARES, Ismar; ROSA, Rosane. Educomunicação e Diversidade. São Paulo, SP : ABPEducon, 2016.https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4615046/mod_resource/content/3/eBook%20-%20Educomunicacao%20e%20Diversidade%20-%20Multiplas%20Abordagens%20v02.pdf

NANEZ, Omar. Lenguas y nombres de lenguas usados para designar a los pueblos Maipure Arawakos de la Región del Alto Río Negro, Suramérica. Boletín de Linguística, Caracas , v. 17, n. 23, p. 106-116, enero 2005 .

PAGLIARO, Heloísa (org.); AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura

(Orgs.). Demografia dos Povos Indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais/Abep, 2005.

SCHIAFFINI, Hernán Horacio. La comunidad sobredeterminada: Articulación social y pueblo mapuche en Río Negro y Chubut (Arg.). Avá, Posadas , n. 28, p. 159-181, jun. 2016

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. Ed. Paulinas, 2011.

SOLIS et al, Mauricio. Buen vivir y vivir bien: alternativas al desarrollo en Latinoamérica. Latinoamérica no.69 Ciudad de México jul./dic. 2019

SOCIOAMBIENTAL, Instituto. Etnias do Rio Negro. 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Etnias_do_Rio_Negro. Acesso em: 26 mai, 2024.

VELAZQUEZ, Leonardo. El bien vivir: ¿cuidado de la salud o proyecto vital? Primera parte. Bol. Med. Hosp. Infant. Mex., México , v. 73, n. 2, p. 139-146, abr. 2016 .

VILLALVA FILHO, Mario Ramão. Educomunicação, língua-cultura guarani, sustentabilidade Teko Porã: myasãimbo'e, avañe'ẽ ayvu-arandu, ñeñangareko ha bom viver. 2020. 209 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2020.